

POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GERENCIAMENTO DE
SEGURANÇA PÚBLICA

A ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS NO ENTORNO DO
DISTRITO FEDERAL:
PROBLEMAS E PROPOSTAS

RENATO HEDER PEREIRA FLEURY – CAP QOPM
SILVINO MARTINS SIQUEIRA DE AZEVEDO – CAP QOPM

GOIÂNIA

2011

RENATO HEDER PEREIRA FLEURY – CAP QOPM
SILVINO MARTINS SIQUEIRA DE AZEVEDO – CAP QOPM

**A ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS NO ENTORNO DO
DISTRITO FEDERAL:
PROBLEMAS E PROPOSTAS**

Monografia apresentada como exigência para a conclusão do Curso de Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública da PMGO, orientado pelo Maj. QOPM Virgílio Guedes da Paixão.

GOIÂNIA

2011

*Dedicamos o presente trabalho a todos aqueles que
saboreiam conosco as nossas vitórias, pois com certeza,
fazem parte delas.*

À minha esposa Carla e a meus filhos Maria Eduarda e José Miguel, pela paciência e compreensão, carinho, dedicação e amor que demonstram sempre e mais a cada dia.

(Fleury)

Agradeço a Deus, que ouve minhas orações e fortalece minha fé, pois sem ela, não haveria outras intenções.

(Silvino)

RESUMO

Como seria nosso estado nos dias de hoje, se não tivesse ocorrido a mudança da Capital para o “coração” do Brasil? Talvez a pergunta não esteja correta ou completa. Esse fato histórico afetou o Brasil por inteiro. Poderíamos ainda hoje ser um país extremamente litorâneo; poderíamos ter sofrido com movimentos separatistas e, provavelmente nem seríamos mais um país com dimensões continentais. Todavia, como veremos no decorrer deste trabalho, o povo goiano, assim como os demais brasileiros, colheu frutos deste fato histórico, mas foi o único a sofrer com os aspectos negativos que derivaram da construção de Brasília. Graves problemas sociais, como o desemprego, falta de saneamento básico, falta de planejamentos que incorporassem a região do entorno do Distrito Federal, e o conseqüente aumento da criminalidade fizeram desta região goiana um dos grandes problemas brasileiros. Com uma população que cresce assustadora e vertiginosamente, vemos a questão se agravar a cada dia, sem que medidas políticas convincentes sejam tomadas. A Polícia Militar de Goiás, inserida neste contexto, também vem perdendo batalhas importantes na busca do bem social do entorno. Com um efetivo que não tem um aumento significativo há mais de quinze anos, observa a juventude, sem perspectivas, sendo constrangida e aliciada pelo tráfico de drogas e por outros ramos da ilicitude, sem muito poder fazer. Buscaremos através dos mais de quinze anos trabalhando na região e através de pesquisa de campo, enfocar os grandes problemas enfrentados por nossa instituição no local em voga e, ao final, apresentar propostas. É o objetivo deste trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Polícia, Goiás, atuação, entorno, Brasília, problemas, propostas

ABSTRACT

What is our state today, had it not occurred to change the Capital for the "heart" of Brazil? Maybe the question is not correct or complete. This historical fact has affected the whole of Brazil. We could still be an extremely coastal, could have been struggling with separatist movements, and probably neither would be more a country of continental dimensions. However, as discussed in this paper, the people of Goiás, like other Brazilians, reaped the fruits of this historical fact, but the only one to suffer the negative aspects that were derived from the construction of Brasília. Serious social problems such as unemployment, poor sanitation, lack of planning that incorporated the region surrounding the Federal District, and the consequent rise in crime have made this region one of the major problems of Goiás in Brazil. With a population growing sharply, and scary, we see the issue gets worse every day, without convincing policy measures are taken. The Military Police of Goiás, placed in this context, has also been losing key battles in the pursuit of social good of the environment. With an effective increase really not more than fifteen years, says the youth with no prospects, being embarrassed and enticed by drug trafficking and other branches of illegality, not much can be done. We will search through more than fifteen years working in the region and through field research, focusing on the major problems faced by our institution in the place in vogue and the final proposals. It is our objective.

KEYWORDS: Police, Goiás, performance, environment, Brasília, problems, proposals

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1. Área considerada pela RIDE como entorno do DF.....	19
Ilustração 2. Distâncias dos municípios goianos da RIDE em relação a sua capital e a Brasília.....	20
Ilustração 3. Homicídios registrados na região do entorno do DF.....	33
Ilustração 4. Informações sobre os municípios do entorno do DF.....	36
Ilustração 5. Relação população/efetivo policial – I.....	37
Ilustração 6. Relação população/efetivo policial – II.....	37
Ilustração 7. Efetivo geral da Polícia Militar de Goiás no entorno do DF.....	38
Ilustração 8. Eixos da Política Nacional de Polícia Comunitária.....	46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFAP – Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças

COPOM – Centro de Operações Policiais Militares

CRPM – Comando Regional de Polícia Militar

DF – Distrito Federal

EAC – Estágio de Atualização de Cabos

EAS – Estágio de Atualização de Sargentos

GEB – Guarda Especial de Brasília

GGs – Gabinete de Gestão em Segurança

GRAER – Grupo de Radiopatrulhamento Aéreo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

JK – Juscelino Kubistchek

NOVACAP – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PMDF – Polícia Militar do Distrito Federal

PMGO – Polícia Militar de Goiás

POP – Procedimento Operacional Padrão

PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno

SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública

WHO – *World Health Organization*

SUMÁRIO

1 Introdução.....	12
1.1 Os Motivos da Escolha do Tema.....	13
1.2 A Idealização.....	14
1.3 Da Importância de sua Abordagem	15
1.4 Do Que Já Foi Explanado Sobre o Assunto.....	16
1.5 Metodologia.....	17
2 A Região do Entorno Antes da Construção de Brasília.....	21
3 Breve Histórico Sobre a Construção de Brasília e a Consequente Formação de Seu Entorno.....	27
4 A Violência do Entorno do Distrito Federal.....	31
5 Reflexão Sobre a Atuação da Polícia Militar de Goiás no Entorno do Distrito Federal.....	34
6 A Atual Realidade da Polícia Militar no Entorno do Distrito Federal.....	35
7 Propostas para uma Maior Efetividade da Policia Militar de Goiás no Entorno do Distrito Federal.....	40
7.1 Criação do 2º Comando de Apoio Logístico, sediado em Luziânia.....	40
7.2 Criação do 2º Graer ,sediado em Formosa.....	41
7.3 Criação do Batalhão de Policiamento turístico, sediado em Formosa.....	42
7.4 Criação do Batalhão de Policiamento Comunitário em Águas Lindas.....	43
7.5 Criação do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, sediado em Águas Lindas.....	46
7.6 Criação 1º Batalhão de Pronto-emprego, sediado em Planaltina de Goiás.....	48
Conclusão.....	50
Referências Bibliográficas.....	54

Anexo I.....	56
Anexo II.....	58
Anexo III.....	62

FLEURY, Renato Heder Pereira.

P1421A A atuação da Polícia Militar de Goiás no entorno do distrito Federal/ Renato Heder Pereira Fleury – Goiânia, 2011

57 f.: il, enc.

Monografia – Polícia Militar do Estado de Goiás,
Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás, 2011

1. Polícia Militar – Atuação da Polícia Militar. 2. Polícia Militar de Goiás. I. Título. II. Nome, Renato Heder Pereira Fleury

CDU. 356.35.78.(819.5)

1 INTRODUÇÃO

Pertencer à Polícia Militar de Goiás é algo que enche de orgulho a todos aqueles que nasceram para a profissão de guardião da comunidade e que sentem prazer em servir ao próximo.

Por mais frio e egoísta que o ser humano possa parecer, por mais que ele, vez ou outra, aja de forma inexplicável e insana, na sua essência, tem a certeza de que só conseguirá sobreviver ao lado de seu semelhante.

A Polícia Militar é a corporificação desse pensamento. Ela existe para lembrar a todos que vivemos uns pelos outros e que só assim seguiremos.

Se sempre somos alvos de críticas é porque a sociedade sabe da imprescindibilidade deste seu segmento e por isso, quer torná-lo melhor. Lamentável seria sermos ignorados ou questionados sobre nosso valor.

Visando a uma Polícia Militar melhor, principalmente no lugar que escolhemos para viver, é que escolhemos o tema. No entorno do Distrito Federal existe policiais abnegados, comprometidos com sua profissão. Aqui mostramos nosso valor a cada dia. Mas aqui, também, encontramos a porção mais frágil e carente de nossa corporação.

Nessa região, podemos observar contrastes vistos em poucos lugares no mundo. A linha que separa os desassistidos dos grandes abastados é ínfima. A desigualdade social entre o Distrito Federal e seu entorno é algo gritante. De um lado, boa urbanização, saneamento básico, sistema de saúde, excelentes moradias e “logo ali”, visualizamos exatamente o inverso. É como se os “braços do Estado” tivessem limites de alcance.

Fraquíssimas estruturas, falta de planejamento urbanístico, falta de emprego, falta de saneamento básico, rede de saúde deficitária e escolas sucateadas estão entre as tristes características do entorno de nossa Capital.

A Polícia Militar também sofre com isso, não só por sua estrutura e efetivos muito aquém de nossa vizinha co-irmã, mas por ter de patrulhar por ruas esburacadas, mal iluminadas, através de becos e endereços confusos, muitas vezes arbitrando conflitos sociais aparentemente irreparáveis, sofrendo com a sociedade, porém, sem ter muito que fazer. O foco deste trabalho, como o título já o diz, é a atuação da Polícia Militar de Goiás na região do entorno do Distrito Federal.

O objetivo deste trabalho é, aproveitando os mais de 15 anos de prestação de serviços dos autores nesta parte do Estado, apontar as dificuldades e as limitações, bem

como, tomando por base estudos já existentes sobre esta problemática e perspectivas futuras de trabalhos em andamento, apresentar propostas na área da segurança pública para o entorno do Distrito Federal.

1.1 Os motivos da Escolha do Tema

Apontar as causas da deficiência da prestação de serviço, ou seja, os problemas de nossa instituição para com os moradores daquela microrregião; Propor soluções viáveis a pequeno, médio e longo prazos; Alertar para problemas que serão agravados ou que surgirão, caso medidas não sejam tomadas na atualidade; Avaliar se o fato de Brasília ser sede de grupo da Copa do Mundo de 2014 afetará positiva e negativamente o Estado de Goiás e, mais especificamente, a região do entorno; Caso isso ocorra, o que fazer para aproveitar os aspectos positivos e suprimir ou confrontar os aspectos negativos.

O que é fundamental, na visão dos profissionais de segurança pública na região do Entorno de Distrito Federal é que o assunto deixe de ser alvo de exploração midiática e tome lugar nas mesas responsáveis por planejamentos estratégicos, objetivando o não agravamento da situação, além de trilhar os caminhos para uma solução definitiva dos problemas.

Para isso, o tema precisar ser constante alvo nos debates, palestras, monografias e outros trabalhos acadêmicos para sair e não voltar à posição de dormência que se encontra. Faremos perguntas que procuraremos responder no andamento deste trabalho.

Houve, no âmbito de nossa corporação, planejamentos estratégicos visando a ampliar ou remanejar efetivo para fazer face às mudanças daquela região?

Mas e a nível estadual, o que foi feito visando a preparar a população afetada para encarar essa nova realidade, a fim de que ela apenas usufrísse dos benefícios e não sofresse prejuízos da mudança da capital?

Qual era o organograma da Polícia Militar de Goiás antes e depois da construção de Brasília? Qual era o efetivo na região antes e depois? Algum destacamento policial foi extinto? Algum foi criado? Ocorreram baixas para integrarem a Polícia Militar do Distrito Federal? (sabemos que ela absorveu membros das Forças Armadas e de outras co-irmãs).

Houve palestras, simpósios, cursos ou estágios visando a preparar os policiais militares da região à nova realidade?

O custo de vida de Brasília afeta os moradores do entorno e, em especial, o nível de vida de nossos policiais? Sabemos que a renda per capita do Distrito Federal é a maior do Brasil e o nível de vida também. Isso é bom ou ruim para os goianos do entorno? E para os profissionais da Segurança Pública?

Existem dificuldades profissionais no dia-a-dia. Quais são elas? O que as provocam? Existem soluções? Ocorrem ações conjuntas, visto que os problemas de um lado passam facilmente para o outro? Os aspectos jurídicos e circunscricionais atrapalham o serviço de Segurança Pública na região? O efetivo de profissionais de Segurança Pública a postos hoje na área em estudo é suficiente para cumprir sua obrigação legal?

Os tópicos em ênfase serão abordados no presente trabalho e, como grande objetivo, propostas serão apresentadas visando à otimização do trabalho da Polícia Militar na Região do Entorno do Distrito Federal.

1.2 A idealização

Explanar sobre os problemas enfrentados por nossa instituição na região do entorno do Distrito Federal e resgatar parte da história da Polícia Militar do Estado de Goiás.

É de comum entendimento dos idealizadores deste projeto que os dois objetivos acima descritos são de fundamental importância, sendo impossível separá-los ou mesmo ignorar um deles, tendo em vista a interligação dos tópicos.

Toda experiência vivida merece ser contada, na pior das hipóteses para servir de ensinamento a gerações futuras. Não se pretende dizer, contudo, que esta página da história de nossa corporação tenha sido escrita apenas de cálculos errados ou situações não analisadas. Provavelmente, isso nem tenha ocorrido na esfera de sua competência. Certo é que muito ficou por fazer.

É através dos questionamentos do atual cotidiano profissional que traremos inovações para o futuro e facilitaremos o trabalho das novas gerações, que por sua vez, terão obrigações para com os seus sucessores buscando a dinamização do processo, uma

vez que ainda é inconcebível se pensar em uma sociedade que, por mais que evolua a humanidade, não careça de um setor que vele por sua segurança.

1.3 Da Importância de sua Abordagem

Na biblioteca da Academia de Polícia Militar, onde (espera-se) deveria ser um dos lugares diletos para quem busca a história de nossa instituição, observamos a pobreza de dados sobre fatos recentes. Absolutamente nada encontramos sobre o fato em si e muito pouco de fatos correlatos.

Poderíamos colocar então, como um dos aspectos de relevância a possibilidade deste nosso trabalho servir de fontes futuras de uma página histórica de grande importância, não só na visão institucional, mas a nível estadual e até federal.

Não é de um todo impossível que nosso Estado venha sofrer um novo fatiamento como ocorreu por duas vezes na história recente, com a cessão de espaço para a nova capital e com a criação do Estado de Tocantins. Projetos existem que versam sobre a criação de um novo Estado justamente no Entorno do Distrito Federal, bem como existem projetos para a ampliação do território do Distrito Federal. Se um desses será levado a cabo, não sabemos. Certo é que, caso isso ocorra, temos de evitar cometer os erros de outrora. Isso também ressalta a importância deste trabalho.

Brasília nasceu em um verdadeiro vazio. Esse é um pensamento típico de quem desconhece a história de Goiás e do Planalto Central, onde a nova capital do Brasil começou a ser construída em meados do século passado. Baixos índices populacionais não significam, necessariamente, um vazio demográfico ou histórico.

A reconstituição da história dessa região, em tempos que antecederam a implantação de Brasília, atesta isso. Realizar uma análise a partir dessa reconstituição é um dos objetivos desta pesquisa, que busca relacionar o período anterior à construção de Brasília e à atual configuração territorial da região do Distrito Federal e entorno. Em situação oportuna, com a colocação em prática do que aqui está sendo projetado, será bastante abordado o tema, guardando espaço para explicar sobre a ideia e os motivos da mudança da Capital.

Acreditamos que conhecer os vários momentos do processo de ocupação regional é fundamental para entender que o surgimento de Brasília é apenas uma etapa do

processo ocorrido na região, iniciado com a prática da mineração do ouro no século XVIII. Esse foi o período de surgimento das localidades de Meia Ponte, Santa Luzia e o Arraial dos Couros.

Essas localidades foram os nascedouros dos municípios de Pirenópolis, Luziânia e Formosa, respectivamente, e deram origem a outros municípios do Estado de Goiás, dos quais, alguns, compõem a atual Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE). Essas três localidades passaram por todas as etapas de ocupação do território regional e tiveram grande importância na formação da região.

1.4 Do Que Já Foi Explorado Sobre o Assunto

O simples fato da criação da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE) e a recente criação da Subsecretaria de Segurança Pública do Entorno, já nos indicam existir preocupações com o problema que é foco de nosso projeto.

A RIDE - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno foi criada pela Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998 e regulamentada pelo Decreto nº 2.710, de 4 de agosto de 1998, alterado pelo Decreto nº 3.445, de 4 de maio de 2000 (anexos), objetivando a integração da região, visando à solução dos problemas locais (Ilustração 1)

Estudiosos locais já publicaram algumas obras apontando estudos comprovando que as cidades goianas na região do entorno, devido à proximidade com a capital federal, sofrem muito mais influências desta e até depende mais financeiramente dela do que da própria capital do Estado de Goiás (vide Tabela 1). Essa dependência e interligação não se restringem ao campo financeiro, mas também em outros aspectos como o sócio-cultural.

Não é de hoje que se veicula nos meios de comunicação a crescente escalada da violência na região em voga, tornando-se pouco tempo atrás, um dos pilares principais de campanhas políticas, que muito se valeram desse problema, visando o óbvio. Começou nessa época (e tendo esse tópico como estopim) a se falar em segurança pública a nível nacional, chegando ao ápice de se criar a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP).

Quando do advento da regionalização dos Comandos das Polícias em nosso Estado, a região entrou como prioridade, sediando o 1º CRPM (em águas Lindas), nos servindo as leis decretos e portarias como embasamento para infiltramos no assunto.

A visão de Polícia Militar como instituição e alvo de pesquisa é muito nova. O assunto obteve mais importância no Brasil a partir da década de 70, não só pelo fato do termo “segurança” passar a ter relevância internacionalmente reconhecida, como também pelo fato de ter adquirido uma forte pertinência no meio urbano com o rápido processo de crescimento das grandes cidades brasileiras (como é o caso do Entorno do DF). O assunto ganhou notoriedade juntamente com o tema da violência advinda dos conflitos tanto das cidades como nos campos.

Pelo mundo, muitas obras sobre o assunto encontraremos disponíveis. Já no Brasil, veremos o assunto infiltrado em literaturas que abordam outros problemas sociais passando a segurança a ser uma derivação desses.

De uma coisa estamos certos: o tema carece de mais abordagens, vista a complexidade e as conseqüências que advirão, caso seja um pouco mais protelado. Continuar em frente, não importando as adversidades, é praxe em nossa instituição. Mas isso deve ser feito de forma inteligente para que o avanço seja na direção certa e mais eficiente.

1.5 Metodologia

Para este trabalho, utilizaremos do método dedutivo, nos referenciando em critérios e normas de comportamentos gerais e genéricos. Assim, as explanações se encaminharão para conclusões específicas, particularizando e detalhando o tema em voga.

A metodologia a ser utilizada tomará como base inicialmente a coleta de informações referentes ao tema, analisando os princípios que o regem, as combinações naturais e artificiais que definiram o caminho percorrido até chegar ao parâmetro atual.

Não dispomos de substancial fonte de informação no âmbito da Polícia Militar de Goiás, mas iniciaremos os trabalhos a partir de obras indiretamente ligadas ao nosso objetivo central.

É intenção dos idealizadores deste projeto visitar as Unidades da Polícia Militar que circundam a Capital Federal, entrevistar seus Comandantes e buscar neles os maiores

problemas enfrentados, no que tange à nossa missão constitucional, tomando opiniões sobre quais seriam as melhores saídas para esses problemas.

Lembrando nossa missão constitucional vale citar Lazzarini acerca da Polícia Militar e suas funções previstas na Carta-Magna:

Lembre-se, a propósito, que segurança pública é conceito mais restrito que a ordem pública, esta a ser preservada pelas polícias militares, conforme o artigo 144 no seu parágrafo 5º, às quais se atribui além das atividades de polícia de segurança ostensiva, também as referentes à tranqüilidade pública. (LAZZARINI 1987, p. 89).

Esta observação nos recheia de responsabilidades, juntos às mudanças que precisam ocorrer na região, foco de nosso projeto, e juntos aos anseios da população que tanto carece da presença do Estado.

Observamos no país, principalmente depois da abertura política, duras críticas da sociedade no que tange à atuação policial, sobre seu papel no sistema, sobre os abusos outrora cometidos, uma vez que no período da ditadura militar, nossa missão foi realmente desvirtuada para atender aos interesses vigentes, deixando a prevenção em segundo plano para nos tornarmos basicamente instrumento de repressão.

O estranho é que, historicamente, a polícia, de um modo geral no país, paga um preço mais alto face os rancores e ao revanchismo atual de quem detém o poder, quando na verdade a instituição, sob esta ótica, também fora vítima nesta página da história de nosso país.

Graças a isso, hoje ela tem como herança um atraso de mais de duas décadas em relação às polícias de países do chamado “primeiro mundo”. O legado é ruim, mas não alivia a responsabilidade que temos de fazer com que a instituição retome seu caminho e sirva de referencial a países e gerações futuras.

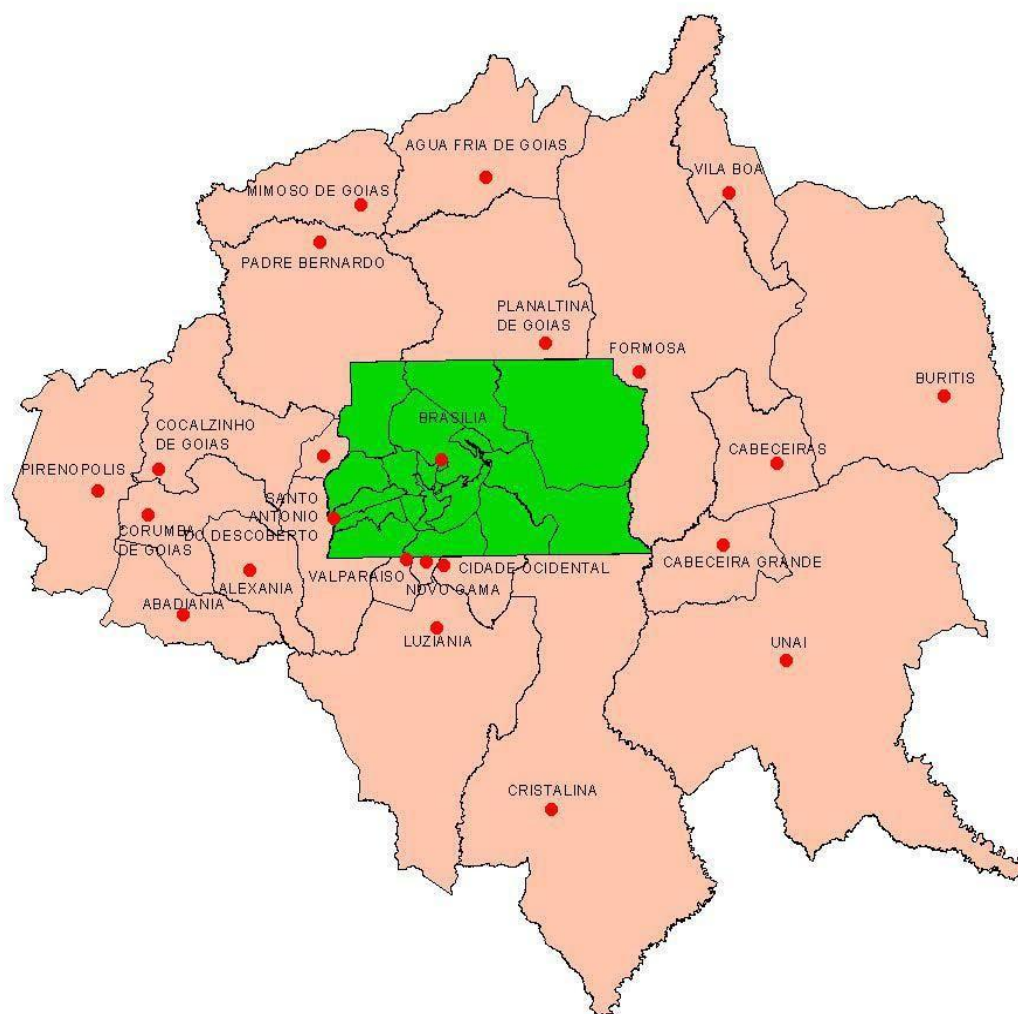
Para entender os problemas de uma instituição, necessário se faz conhecê-la. De mesmo modo, para se entender os problemas de uma região, necessário se faz conhecer a mesma.

Na região do Entorno do Distrito Federal encontramos reservados grandes atrativos para todos os interesses, quer no ramo turístico, quer no ramo dos negócios ou até mesmo na riqueza cultural de seu povo.

Mas não sabemos a razão exata, o único interesse que a região não consegue despertar plenamente é o do Estado que demora a se fazer representar, ficando isto demonstrado na carência de seu povo.

No mapa abaixo teremos, neste trabalho, o primeiro contato com a região que nos serve de inspiração e que tanto anseia por mudanças em todos os aspectos da vida em comunidade

Ilustração 1. Área considerada pela RIDE como entorno do DF (Alvo deste trabalho)



Fonte: SENASP (2011)

Ilustração 2. Distâncias dos municípios goianos da RIDE em relação a sua capital e à Brasília

MUNICÍPIOS	GOIÂNIA (KM)	BRASÍLIA (KM)
Abadiânia	85	120
Água Fria de Goiás	287	116
Águas Lindas de Goiás	180	50
Alexânia	112	83
Cabeceiras	337	141
Cidade Ocidental	191	43
Cocalzinho de Goiás	125	100
Corumbá de Goiás	106	119
Cristalina	229	125
Formosa	277	81
Luziânia	188	57
Mimoso de Goiás	234	124
Novo Gama	190	40
Padre Bernardo	280	104
Pirenópolis	121	138
Planaltina	254	58
Santo Antônio do Descoberto	171	46
São João D'Aliança	353	157
Valparaíso de Goiás	180	26
Vila Boa	362	169

Fonte: IBGE-(2010)

2 A REGIÃO DO ENTORNO ANTES DA CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA

Não se pode negar que a mudança da capital da República Federativa do Brasil para o centro de seu território no início da década de 1960, trouxe a nosso país e, em especial, para as terras afastadas do litoral, grande avanço civilizatório. O Brasil deixou de ser um país essencialmente litorâneo para assumir de vez sua condição de país com dimensões continentais.

Após quase 200 anos de descobrimento, o Brasil era povoado basicamente em seu litoral, visto o receio de seus habitantes de se embrenharem para o interior e terem de enfrentar doenças tropicais e índios hostis.

Por outro lado, os brasileiros sabiam que a permanência no litoral os fragilizava, pois se tornavam alvos de invasões (a exemplo as holandesas e as francesas).

Tal situação gerou críticas da Europa, em especial da coroa portuguesa que ambicionava a descoberta de minérios, uma vez que a exploração do pau-brasil estava a esgotar.

Os brasileiros foram acusados em tom de galhofa de viverem “na praia como caranguejos”, o que despertou nos líderes aqui delegados pelo rei de Portugal o ímpeto de formar missões de adentramento, não só para rebater as críticas, mas também visando a tomar a legítima posse do território que sofria ameaças dos colonizadores do outro lado do continente, além da possibilidade da localização de riquezas minerais, como o ouro e pedras preciosas.

Foram organizadas as chamadas “Bandeiras”, sendo a mais conhecida e frutífera a de Bartolomeu Bueno da Silva, o “Anhanguera”, que chegou a Goiás no ano de 1682, infiltrando pela região onde hoje está a cidade de Catalão e chegando até o Rio Vermelho (belíssimas terras onde hoje está a Cidade de Goiás). Ali se deparou com uma tribo indígena (a dos Goyá), observando as índias ornadas com pedras preciosas e ouro.

Relatos não confirmados atestam que este, colocando fogo em uma tigela de aguardente, ameaçou incendiar os rios da região, caso os índios não lhe indicassem o local em que extraíam tais riquezas. Tal feito lhe teria rendido o apelido “*Anhanguera*” que em Tupi significa *diabo velho*.

Quarenta anos mais tarde, seu filho, com o mesmo nome, quis repetir o feito do pai, voltando às terras dos *Goyazes*, acompanhado de uma bandeira de aproximadamente 150 homens seguindo os mesmos rumos traçados pela bandeira de seu pai. Porém, ao

chegar onde hoje é a divisa dos estados de Minas Gerais e Goiás (justamente onde no futuro nasceria Catalão), inexplicavelmente e sob muita insatisfação dos que o acompanhavam, Bartolomeu, o filho, decidiu mudar a direção, rumando mais para o norte.

Tal atitude lhe custou muitas baixas provocadas pelas doenças, pelos embates com indígenas (que eram mais intrépidos e guerreiros que os mais ao sul) e pela fome, uma vez que se aproximavam das nascentes dos rios que rumavam para o sul e o pescado ficava mais escasso. De certo ponto em diante, havia nascentes de rios rumando já para o norte, o que nos permite afirmar que estavam no topo do Planalto Central, bem ao centro das terras goianas. O diário da bandeira de Bartolomeu, o filho, relata que um dos maiores embates com silvícolas (os *carixás* ou *Crixás*) tenha ocorrido nessa ocasião, nas proximidades do rio Crixás, dentro do atual município de Formosa.

Esse apanhado rápido foi apenas para mencionar o início do povoamento na região, visto que a bandeira, ao prosseguir, deixou nas aldeias conquistadas alguns brancos e escravos para garantir tranquilidade no retorno, alguns se fixando permanentemente.

De igual modo ocorreu em outras cercanias e depois das infiltrações iniciais, pessoas em busca de oportunidades e terras para lavoura ou criação de gado se incumbiram da formação dos primeiros povoados. Legado das bandeiras, surgiram na região, como já dissemos antes, Arraial dos Couros (Formosa), Santa Luzia (Luziânia), Meia-Ponte (Pirenópolis), Mestre D'Armas (Planaltina), sendo apenas embriões do que hoje é o entorno da capital federal.

Com a descoberta de minas e o início de explorações, a coroa portuguesa entendeu como necessária a designação de registros na região para fiscalizar o percentual real e manter o controle das explorações, surgindo os primeiros julgados e as primeiras vilas.

Alguns anos mais tarde, a região já possuía relativo povoamento e várias “picadas” se transformaram em estradas, permitindo o escoamento de, além do minério, alguns produtos da região como animais, couros e agricultura, o que era difícil pelos rios.

Neste período, já se falava na interiorização do governo brasileiro, e com a independência do Brasil, este intento ganhou força, uma vez que o país só poderia contar com suas tropas para a manutenção de sua segurança.

De tal modo que em todas as constituições (1824, 1891, 1934, 1937 e 1946), existiam dispositivos que previam a mudança da capital federal para o centro de seu território.

Em 1877, o Visconde de Porto Seguro esteve em terras goianas, mais precisamente na Vila Formosa da Imperatriz (Arraial dos Couros elevado à condição de vila) e em Santa Luzia, por ordem de D. Pedro II, já com o objetivo de avaliar a região e demarcar as terras onde seria erguida a nova capital.

Quinze anos mais tarde, quando a família imperial já havia sido deposta e enviada a Portugal, surgindo a República dos Estados Unidos do Brasil, durante abertura dos trabalhos da legislatura do ano de 1892, o então Presidente da República Floriano Peixoto, discursou dizendo que não mais poderia ser protelado o que previa o artigo 3º da Constituição de 1891:

Art. 3º - Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital federal.

Parágrafo único - Efetuada a mudança da Capital, o atual Distrito Federal passará a constituir um Estado. (BRASIL, 1891, p 13).

A maioria dos moradores da região não sabia, mas a vida de alguns, com esta ordenação constitucional havia mudado drasticamente, com a desapropriação sumária de suas terras. Fato que foi concretizado meio século mais tarde, sendo poucos os proprietários indenizados. Mais adiante, observaremos que o Estado de Goiás não perdeu todo o território previsto na citação anterior e sim um pouco menos de 6.000 Km².

E por ordem de Floriano Peixoto, foi designada a “*missão Cruls*” (em razão do nome do chefe da missão, o astrônomo belga Luis Cruls), que partira da cidade de Uberaba em 29 de junho de 1892, com uma delegação composta de 22 homens e uma parafernália de equipamentos astronômicos. Estes eram dispostos em fardos e caixotes, tudo em lombo de animais, visando conhecer, analisar e demarcar a área prevista na *Carta-magna*.

Poderíamos dizer que o trabalho deste grupo pode ser entendido como o primeiro ato concreto da mudança da capital, sendo traçado o chamado “quadrilátero Cruls”, demarcando o território e registrando todos os atos, os vilarejos onde o grupo passava, tudo em escrituras e fotos (novidade para a época), servindo de boa referência para os atos da metade do século seguinte.

Concretizada pelas mãos de Juscelino Kubitschek, Brasília já havia sido idealizada quase um século e meio antes do início de suas obras, com o objetivo de alavancar a ocupação do território brasileiro, tendo o nome “Brasília” sido primeiramente utilizado por José Bonifácio de Andrada e Silva o “Patriarca da Independência”.

Até o dia 04 de abril de 1955, Brasília sequer estava no Plano de Metas do então candidato à Presidência da República, Juscelino Kubitschek, ocasião em que o mesmo discursava em um comício na pequena Jataí em Goiás. Naquele evento, o candidato prometia cumprir fielmente a Constituição (1946), quando foi interpelado por um dos eleitores, lhe questionando se estava em seus planos a mudança da capital federal para o Planalto Central.

[...]

A pergunta era embaraçosa. Já possuía meu Programa de Metas e, em nenhuma parte dele, existia qualquer referência aquele problema. Respondi, contudo, como me cabia fazê-lo na ocasião: “Acabo de prometer que cumprirei, na íntegra, a Constituição e não vejo razão por que esse dispositivo seja ignorado. Se for eleito, construirei a nova capital e farei a mudança da sede do governo. (KUBITSCHKEK, 1975. p.08).

Desde então, o plano que se constituía de 30 metas, ganhara mais uma. Dotado de grande visão política, o candidato vê ali uma nova “bandeira” para alavancar sua campanha e assume a construção da nova capital como projeto principal. Vejamos o que definia no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias daquela Carta:

Art. 4º - A Capital da União será transferida para o planalto central do país. § 1º - Promulgado este Ato, o Presidente da República, dentro de sessenta dias, nomeará uma Comissão de técnicos de reconhecido valor para proceder ao estudo da localização da nova Capital. § 2º - O estudo previsto no parágrafo antecedente será encaminhado ao Congresso Nacional, que deliberará a respeito, em lei especial, e estabelecerá o prazo para o início da delimitação da área a ser incorporada ao domínio da União. § 3º - Findos os trabalhos demarcatórios, o Congresso Nacional resolverá sobre a data da mudança da Capital. § 4º - Efetuada a transferência, o atual Distrito Federal passará a constituir o Estado da Guanabara. (BRASIL. 1946, p. 246).

Já em meados da década de 1950, com a aprovação dos projetos de construção da Brasília, com a montagem dos primeiros “canteiros de obra”, o território começou a ficar movimentado. E com a vinda dos que seriam posteriormente chamados de “candangos” para a região demarcada entre Planaltina, Luziânia e Taguatinga (até então território goiano), houve grande movimentação financeira que mudou os rumos, não só da população nativa, mas também de todo o Estado de Goiás. Região tradicionalmente rural, que tinha como pilar financeiro a agricultura e a pecuária, de repente vislumbra um leque de oportunidades brotando em suas terras.

Fazendeiros diminuíram investimentos nas lides de suas propriedades e passaram a adquirir maquinários, como caminhões e pás-carregadeiras para serem “fichadas” nos canteiros de obras. Capatazes, “caseiros”, meeiros e arrendatários viram na construção civil maiores ganhos e a chance de saírem da semi-escravidão.

A região que tinha baixa densidade demográfica viu intensificar a chegada dos “paus-de-arara” repletos de retirantes sedentos por trabalho, e viu também a área demarcada do Plano Piloto e a Cidade Livre (hoje Núcleo Bandeirante) transformar-se em um “formigueiro humano”.

Algo muito bom estava acontecendo. Algo que balançava aquela vida pacata e tediosa que os nativos conheciam. Vida boa, mas muito parada. Era a Modernidade, o movimento e o cheiro de gasolina. Era como se São Paulo e Rio de Janeiro, de repente ficassem mais próximas.

De certo modo, com a abertura de novas estradas, construção de pontes, o litoral estava “logo ali”. Mas será que o governo federal pensou em tudo? Projetou tudo? Preparou-se para todas as possibilidades? Será que Brasília trouxe apenas benefícios para os goianos? Será que o Estado de Goiás se preparou para essas mudanças?

Não tardou para que esses fatos fossem encarados. As diferenças culturais, as diferenças sociais, as diferenças de interesses logo trouxeram os primeiros conflitos. As promessas políticas (no início) e os erros políticos (desde então e até hoje) contribuíram para que esses conflitos aumentassem.

Na ocasião da construção de Brasília, os “candangos”, nos canteiros das Superquadras, acreditavam estarem edificando suas moradias, como diziam os políticos da época. Ao final, muitos ainda sem receber seus salários foram obrigados a transformar os canteiros em moradias permanentes e também a residirem no entorno da capital, começando as primeiras ocupações fora dos projetos.

Medidas políticas irresponsáveis tomadas nas décadas seguintes, que culminaram com povoamentos irregulares, também contribuíram para o quadro. Devido à supervalorização das terras no retângulo demarcado no centro do mapa do Brasil como o Distrito Federal, “grilagens” e conflitos agrários começaram a ficar comuns. Do mesmo modo ocorria nas terras goianas próximas ao retângulo (hoje a região do entorno).

Chegando ao final as construções previstas no projeto inicial, obviamente o dinheiro público também diminuiu, tendo os trabalhadores da construção civil que partem para procurar emprego nas construções da iniciativa privada. Nem todos conseguiram

vagas. Daí, para se chegar aos problemas sociais e à violência que se conhece hoje, foi um pequeno passo.

Não será difícil, ao respondermos às perguntas formuladas no capítulo anterior, chegarmos à conclusão que os poderes públicos, a nível federal, deixaram de atentar para as questões sociais que poderiam advir na região, face à mudança da capital federal.

Como objetivo deste trabalho, focaremos obviamente no que tange à questão da segurança pública na região, por se tratar de fundamentação constitucional de nossa corporação. Mas, como não é novidade alguma, sabemos ser impossível falar de segurança pública sem fazermos alusões a problemas sociais, financeiros e culturais.

3 BREVE HISTÓRICO SOBRE A CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA E A CONSEQUENTE FORMAÇÃO DE SEU ENTORNO

Politicamente, além da perda dos 5.787,784 km², referente ao retângulo hoje existente no centro do mapa político do Brasil, figurando como o Distrito Federal, Goiás perdeu dois municípios já emancipados, sendo Mestre D’Armas, hoje Planaltina e Brazlândia, que são chamadas de “cidades-satélite”.

Planaltina ficou com sua sede dentro dos limites do Distrito Federal, porém, parte de seu município permaneceu pertencente ao Estado de Goiás, nascendo outra cidade com o nome de Planaltina de Goiás, popularmente conhecida como “Brasilinha”.

Povoados antigos e que pertenciam ao nosso Estado se tornaram cidades- satélite aumentando rapidamente a população e já alterando a segurança pública na região, que em primeiro plano ainda ficou a cargo da polícia goiana.

Outros aspectos geradores de conflitos nesse primeiro instante foram as arbitrariedades nas desapropriações de terra e o início das “grilagens”. Pessoas com certo *status* e boas condições financeiras, se viram bruscamente pobres e endividadas, tendo que se submeter para garantir o sustento da família. Desnecessário é dizer que já nos primeiros momentos houve mudanças nos índices de violência local.

Enquanto o entorno sentia as primeiras convulsões da mudança, Brasília se erguia serena e imponente. Sob a égide de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa eram erguidas suntuosas construções e belíssimas ruas, avenidas e praças. Arquitetura que até hoje ainda é tida como o que existe de mais moderno neste campo do conhecimento humano.

Tudo em Brasília era projetado. Nada foi feito no improvisado. Só para ilustrar essa afirmação, destacamos trecho de uma carta de Lúcio Costa endereçada ao Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), Israel Pinheiro:

O modelo dos táxis deve ser previamente estabelecido. Deve ser o DKW CINZA ESCURO, de preferência de quatro portas (...) O uniforme deverá ser cinza escuro (...) deverá usar braçadeiras com as cores da respectiva linha (...) o quepe deve ser obrigatório (...) A via de comunicação W-3 não deve ser intensamente iluminada. Trata-se de via secundária. (...) Os cemitérios (...) terão chão de grama e serão convenientemente arborizados, com sepulturas rasas e lápides singelas, à maneira inglesa, tudo desprovido de qualquer ostentação.¹ (INFORMAL)

¹ Trecho extraído do site www.infobrasilia.com.br. Quando faz alusão ao uniforme e ao quepe, Lúcio Costa se refere aos motoristas de ônibus.

Enquanto Brasília era meticulosamente construída, as vizinhas cidades de Goiás eram simplesmente ignoradas. Como as cidades goianas se tornaram locais de lazer para os trabalhadores nos pequenos horários de folga, uma vez que nos canteiros a rigurosidade era tremenda, em pouco tempo, estas cidades enfrentavam problemas típicos do encontro de pessoas com cultura e interesses diferentes, gerando conflitos que já indicavam o futuro da região, visto que nenhuma medida governamental se contrapôs a isso.

O problema que se via em finais de semana ou feriados, com a investida dos trabalhadores, se tornou permanente com a mudança destes trabalhadores para o que se tornaria em breve as “cidades-dormitório”.

Recentemente, aumentou o número de municípios goianos na região do entorno do Distrito Federal, com a emancipação política dos Distritos de Mimoso de Goiás, antes pertencente à Padre Bernardo; Água Fria de Goiás, antes pertencente à Planaltina de Goiás; Cocalzinho, antes pertencente a Corumbá de Goiás; Cidade Ocidental, que fazia parte de Luziânia; e Vila Boa que era povoado de Formosa.

Nos municípios perdidos havia destacamentos policiais (fração da Polícia Militar de Goiás) sendo que, de acordo com relatos de moradores antigos da região e militares já aposentados, esses homens destacados foram perdidos para a Guarda Especial de Brasília (GEB), num total de seis, sendo um graduado e cinco soldados, que passaram a pertencer à força provisória de segurança pública da nova capital, sendo este órgão criado inclusive pelo governador de Goiás na época José Ludovico de Almeida.

Não se sabe exatamente quantos policiais militares que trabalhavam nas demais cidades vizinhas à Brasília se retiraram das fileiras da corporação para incorporarem a GEB. Os mais antigos contam que a GEB era extremamente violenta e arbitrária. Existem relatos de execuções de trabalhadores nos canteiros de obras que foram mortos por causa de motins por atrasos nos salários e por causa de péssimas condições de trabalho.

Como em primeiro plano, a maioria dos militares da antiga Capital, Rio de Janeiro, se recusou a vir para a nova capital, optando por ficarem no Estado da Guanabara, os componentes da GEB, em boa parte policiais militares de Goiás, acabaram sendo efetivados como os primeiros policiais do Distrito Federal sendo absorvidos pelas atuais Polícia Civil e Polícia Militar daquela Unidade Federativa.

Existia na cidade de Luziânia uma Companhia Destacada do 4º Batalhão, sediado em Anápolis e esta companhia se desmembrava em destacamentos, que montaram

base em Formosa, Cristalina, Santo Antônio do Descoberto e Pirenópolis. As demais cidades do entorno não possuíam policiamento regular.

Acredita-se que em toda a área (hoje denominada entorno do Distrito Federal) não existia mais de 40 policiais militares antes do início das obras da construção de Brasília.

Em 1960, ano da inauguração de Brasília, na região, contando somente a população goiana, de acordo com o IBGE, existiam aproximadamente 107.659 habitantes.

Ainda alguns anos antes, no início da década de 1950, as estradas que interligavam as cidades da região eram de péssima qualidade e praticamente nenhuma era pavimentada.

Os militares eram designados para determinado destacamento, recebendo um fuzil e já uma pequena quantia em dinheiro, referente ao seu primeiro pagamento (soldo). Tinham que se deslocar por meios próprios, melhor dizendo através de “caronas” em caminhões ou outros veículos rurais, visto que não havia linhas regulares de ônibus, ou até mesmo em lombo de animais. As visitas de inspeção feitas pelos oficiais eram raríssimas visto que viaturas policiais existiam, algumas raras, mas somente em Anápolis ou Goiânia.

Os patrulhamentos nas cidades eram feitos à pé, o que também não era frequente, visto o pequeno efetivo. Normalmente, ficavam nas delegacias e saíam quando eram requisitados (repressivamente). Ações mais próximas do que chamamos de preventivas seriam nos chamados “forrós” ou em festas religiosas quando comumente, tomavam parte nas “bebedeiras” e na dança. Mesmo assim, eram muito respeitados, e onde estivessem dificilmente ocorria alguma desordem.

Em pouquíssimo tempo aquele estilo pacato de interior foi alterado, dando lugar a graves problemas de segurança pública sem que houvesse aumento do efetivo policial.

Nos dias de hoje, o que se observa é que, no que tange a conceitos, nada mudou. Um problema de Brasília é um problema do Brasil, mas um problema do entorno é um problema “*deles*” (no caso, *nosso*).

Se em determinado local do DF, chega-se à conclusão da necessidade de um viaduto, ele imediatamente “sai do papel”, enquanto no entorno os cruzamentos matam. Haveríamos de acreditar que o percentual de criminosos goianos que atuam no Distrito Federal seria infinitamente maior que o percentual de criminosos “candangos” atuando em Goiás, dado aos atrativos financeiros de nossos vizinhos. Pois é justamente o inverso. Se assim fosse, as soluções chegariam mais rápido. Por que isso? Porque dentro do

quadrilátero a criminalidade encontrará a presença do Estado de uma forma mais concreta, em todos os tipos de análise. Efetivo policial extremamente superior para cobrir uma área bem menor. Esse exemplo é dado por estar mais diretamente ligado ao nosso tema, mas poderiam ser vários.

4 A VIOLÊNCIA DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL

Segurança Pública é entendida como estado de convivência pacífica estabelecido entre os membros de uma sociedade. O indivíduo, mesmo sabendo de sua necessidade de viver em sociedade como única forma de continuar existindo, mesmo sabendo que a vida em sociedade lhe exige o cumprimento de determinadas normas de conduta, necessita ser monitorado ou “policiado” pelo Estado para cumprir essas normas. Portanto, segurança pública é algo que se consegue mediante permanente vigilância do Estado.

O conceito de violência é muito complexo e diversificado, exatamente como sua forma de manifestar-se. Em consonância com a Organização Mundial de Saúde (OMS), poderíamos defini-la como “o uso intencional de força ou de poder físico, na forma real ou de ameaça, contra si mesmo, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade, que resulta ou tem grandes chances de resultar em ferimentos, morte, danos psicológicos, subdesenvolvimento ou privação” (WHO, 2002).

Através deste conceito, podemos afirmar que a primeira e essencial forma de violência manifestada no entorno do Distrito Federal foi a do Estado contra seu povo, se omitindo ou adotando estratégias errôneas, permitindo que a região fosse povoada de forma desordenada, trazendo o “subdesenvolvimento e a privação”.

Sempre que abordamos o assunto “violência”, temos o reflexo quase que incorrigível de lembrarmos instantaneamente da violência contra a pessoa (explicável, visto ser a fundamental e mais grave). Mas ainda nos referenciando do conceito acima, concluímos que ela é multifacetada e pode aflorar travestida de vários atos ou omissões.

Uma criança que não tem acesso à escola, ou que morre antes de completar cinco anos por doenças curáveis, tratáveis ou pela fome; Pessoas que aguardam por horas nas emergências por atendimento médico; Pessoas que são restringidas de seus direitos por falta de acesso à Justiça; Aqueles que não têm moradia digna ou emprego; Os que são obrigados a conviver com o tráfico de drogas na vizinhança, vendo seus filhos crescerem achando ser comum e parte do cotidiano de qualquer cidade; Mulheres que não podem sair sozinhas à noite; Os que têm seus carros arrombados ou furtados, todos sofrem violência.

Se uma pessoa, não tem acesso à escola, dificilmente terá acesso ao mercado de emprego. Também terá dificuldades em acessar, por causa do desconhecimento, a Justiça e vários outros direitos que tem no convívio social. A bem da verdade se tornará um

“excluído” e, conseqüentemente um agente de violência em potencial, uma vez que, se sentindo lesado ou preterido partirá para o único recurso que conhece, a “violência.

Mas deixando a filosofia em segundo plano e partindo para a realidade da violência no local que é tema de nosso trabalho, observamos que, de uma forma geral, ela toma forma sob derivação dos desajustes sociais estampados na região. Certo é que nenhuma sociedade está livre da violência, pois como vimos anteriormente, o homem não cumpre as convenções e obrigações sociais por livre e espontânea vontade, obrigando o Estado a policiá-lo.

Como o Estado, por mais eficiente que seja, não conseguirá estar presente em todos os lugares o tempo todo, o delito (ou a violência) ocorrerá. Consciente disso, o Estado estabelece parâmetros que entende como aceitáveis e procura trabalhar para manter esses indicativos.

Uma das formas de analisarmos formalmente os dados sobre a violência é a utilização de dados estatísticos dos atendimentos à população feitos pelos órgãos responsáveis pela manutenção ou restituição da segurança pública. Analisando esses dados referentes à região do entorno (planilhas em anexo).

No caso específico do entorno do Distrito Federal, tomando por base índices internacionais, podemos concluir que os delitos estão acima do que se entende por aceitável, fazendo com que concluamos serem as preocupações cabíveis e não mera exploração midiática.

Nos dados mencionados, observamos que a natureza de delitos mais atendidos pela Polícia Militar de Goiás na região em voga é o de furto em residência, comprovando que ela falha crucial no serviço de segurança pública que é o de “tentar estar presente no maior número de lugares possível o máximo de tempo possível”.

E por que ela falha neste aspecto? Devido ao grande problema de segurança pública na região do entorno do Distrito Federal “o insuficiente efetivo policial”.

Mais adiante, abordaremos mais amiúde o assunto, analisando as recomendações internacionais sobre efetivo policial e comparando o efetivo da região com outras regiões do Estado e do país.

Ilustração 3. Homicídios registrados na região do entorno do DF (1º trimestre de 2010 e 2011)

MUNICÍPIO	2010	2011
ABADIÂNIA	00	00
AGUA FRIA DE GOIÁS	00	01
AGUAS LINDAS DE GOIÁS	17	29
ALEXÂNIA	03	01
CABECEIRAS	00	01
CIDADE OCIDENTAL	06	06
COCALZINHO DE GOIÁS	01	01
CORUMBÁ DE GOIÁS	00	00
CRISTALINA	07	06
FORMOSA	10	09
LUZIÂNIA	36	52
MIMOSO DE GOIÁS	00	00
NOVO GAMA	12	14
PADRE BERNARDO	03	03
PIRENÓPOLIS	02	00
PLANALTINA	06	10
Stº Antº DO DESCOBERTO	09	10
VALPARAÍSO DE GOIÁS	24	30
VILA BOA	00	00
TOTAL	136	173

Fonte: GGS

5 REFLEXÃO SOBRE A ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS NO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL

É através de estudo criterioso de sua história e constante “auto-análise” que qualquer organização conquista o aprimoramento. É analisando o que, no passado foi feito de certo ou de errado que se garante uma melhor qualidade de seu produto, ou de seu serviço no presente ou em ocasiões futuras.

Atualmente, presenciamos o enorme salto dado pela Polícia Militar com o advento do Procedimento Operacional Padrão (POP) que, com certeza, foi fruto da análise da atuação de policiais, algumas vezes acertando, outras errando. Também fruto da análise de erros e acertos de polícias militares de outras unidades da Federação. O que não se pode é perder algo tão valioso que é a experiência.

Portanto, não há motivos para delongas, visando justificar o presente trabalho. Certo é que nossa instituição, de forma micro e os governos (estadual e federal) de forma macro, falharam no que tange à segurança pública no leste goiano, no advento da mudança da capital federal.

Não foi prevista, por quem deveria, a explosão demográfica na região e o aumento da presença do Estado (em todas as suas representações), para se evitar o aumento da desigualdade social e o conseqüente aumento da violência.

Interesse local não é interesse privativo da localidade não é interesse único dos municípios (...). Mesmo porque não há interesse municipal que não seja freqüentemente da União e do Estado-membro, como também, não há interesse regional ou nacional que não ressoe no município, como partes integrantes da Federação Brasileira. (MEIRELLES 1994, p. 99).

Não poderia ser permitido às autoridades da época da mudança da capital federal imaginar que Brasília teria problemas únicos e isolados do Estado de Goiás ou mesmo das demais partes do país. Também não se pode conceber que, nos dias atuais, se imagine uma capital federal perfeita, com baixos índices negativos e altos índices positivos, sem que se sanem os problemas de seu entorno.

O caminho a ser seguido é o da aplicação de política única, em todas as suas nuances, seja na área social, de saúde ou de segurança pública, visto terem seus problemas interligados.

6 A ATUAL REALIDADE DA POLÍCIA MILITAR NO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL

A Polícia Militar de Goiás atua na região, basicamente com o serviço de radiopatrulha motorizada, que se movimentam pelas ruas das cidades, de uma forma que a equipe possa ver e se faça ser vista visando manter a ordem pública e conseqüentemente, coibindo o crime (ação preventiva, obrigação maior de nossa instituição).

Também atua atendendo à solicitação da comunidade, que se utiliza do telefone de ligação gratuita (190), localizado no Cento de Operações Policiais Militares (COPOM), que, em ato contínuo, desloca uma ou mais equipes, dependendo de uma triagem inicial, até o local do evento, passando então a agir de forma repressiva ou como mediadora de conflitos diversos.

A variável mais comum dessa forma de trabalho, que encontramos na região é o radiopatrulhamento rural, visto que ainda observamos boa parte da população local radicada no campo, cultivando as antigas características e mantendo os negócios da família.

Em ambas as situações, de início o serviço policial militar já se vê colocado à prova de eficiência, visto as dificuldades que terá tanto no patrulhamento preventivo, quanto no deslocamento solicitado por demanda, uma vez que tanto na cidade quanto no campo encontrará falta de infra-estrutura, ruas esburacadas.

Nas cidades encontrarão ruas mal iluminadas bairros derivados de invasões e por isso, mal esquadrejados e com enorme dificuldade pra se encontrar endereços. Na zona rural, os obstáculos serão bem maiores. Região vasta, estradas sem manutenção e pontes (que são muitas devido à riqueza hídrica da região) antigas, caídas ou prestes a cair.

Mas não há como falar de prestação de serviço sem abordarmos o grande problema que é o efetivo. Já explicitamos e falaremos por outras vezes que todas as dificuldades da instituição nesta microrregião do Estado de Goiás são potencializadas pela insuficiência do efetivo.

Segundo o Senso 2010, a população goiana região do entorno do Distrito Federal é de aproximadamente 1.047.261 (um milhão, quarenta e tесе mil duzentos e sessenta e um) habitantes. Visando conhecer melhor as cidades da região fazendo o cruzamento de dados, analisemos o quadro abaixo:

Ilustração 4. Informações sobre os municípios do entorno do DF

MUNIC	ÁREA (KM²)	POPULAÇÃO (2010)	IDH (2000)	PIB (EM R\$ MIL)
Abadiânia	1.044,16	15.752	0,723	70.509,245
Água Fria de Goiás	2.029,41	5.095	0,695	105.970,305
Águas Lindas de Goiás	191,198	159.505	0,717	457.264,842
Alexânia	847,891	23.828	0,696	261.998,039
Cabeceiras	1.127,601	7.346	0,695	92.200,989
Cidade Ocidental	388,162	55.883	0,795	193.818,422
Cocalzinho de Goiás	1.787,99	17.391	0,704	99.533,774
Corumbá de Goiás	1.062,46	10.344	0,716	56.525,852
Cristalina	6.160,72	46.568	0,761	766.104,016
Formosa	5.806,89	100.084	0,75	655.336,005
Luziânia	3.961,54	174.546	0,756	1.805.535,169
Mimoso de Goiás	1.386,91	2.685	0,664	24.624,774
Novo Gama	191,675	95.013	0,742	315.148,965
Padre Bernardo	3.137,90	27.689	0,705	147.805,611
Pirenópolis	2.227,79	23.065	0,713	160.707,573
Planaltina	2.539,11	81.612	0,723	341.634,769
Sto. Antº do Descoberto	938,309	63.166	0,709	210.678,180
Valparaíso de Goiás	60,111	132.947	0,795	579.169,369
Vila Boa	1.060,17	4.742	0,674	35.368,345
TOTAL	34.822,40	1.047.261	0,722	6.379.934,244

Fonte: IBGE (2010)

A ilustração nos permite fazer uma análise das 19 cidades goianas vizinhas à capital federal e comparando com as referências de distância à Brasília (Ilustração 2). Observamos que as mais próximas são também as mais populosas, demonstrando a interferência direta da mesma no crescimento das cidades goianas no entorno.

Projeções indicam que, em menos de uma década, a população do entorno equivalerá a mais da metade da população de todo o Distrito Federal. O tempo disponível para solucionar o problema do efetivo policial na região é extremamente curto e não permite adiamentos.

Analisemos os dados atuais da população, fazendo comparação ao número de policiais militares:

Ilustração 5. Relação população/efetivo policial - I

REGIÃO	EFETIVO POLICIAL (A)	POPULAÇÃO (B)	RELAÇÃO (B : A)
DISTRITO FEDERAL	15.481	2.469.489	159,5
ENTORNO-DF	1.795	1.047.261	583,4

Fontes: IBGE/ CAF/ PMDF (2011)

Esses dados colocam a população do entorno de Brasília crescendo mais rápido e já bem próximo do número de habitantes de Goiânia, capital do Estado. Vejamos este outro quadro:

Ilustração 6. Relação população/efetivo policial - II

REGIÃO	EFETIVO POLICIAL (A)	POPULAÇÃO (B)	RELAÇÃO (B : A)
GOIÂNIA	5.100	1.256.514	246,3
ENTORNO-DF	1.795	1.047.261	583,4

Fontes: IBGE / CAF (2011)

Quando analisamos o efetivo policial nessas duas regiões, observaremos uma disparidade enorme no que tange ao número de policial por habitante.

Existe uma informação que circula em todos os órgãos ligados direta ou indiretamente à área de segurança pública que versa sobre uma recomendação da Organização das Nações Unidas (ONU), a respeito do número adequado de policiais por habitante, que seria 1/250 (um policial para cada 250 habitantes). Visando enriquecer este trabalho, foram feitas pesquisas, indagações a entidades oficiais e não oficiais ligadas ao tema; foi feito contato via *e-mail*, diretamente com a ONU para certificar ser verdadeira esta recomendação, visto não termos localizado nada concreto, mas até o fechamento do período de pesquisas, não ocorreu resposta. Aparentemente, esse valor de referência é um mito que acabou convencionado. Mas se hoje serve de base para alguns estudos, também aqui será utilizado. Assim sendo, temos na região do entorno do Distrito Federal, um policial para cada

583 habitantes (1/583), o que nos leva a crer ser o efetivo policial militar deveras insuficiente para cumprir seu papel constitucional.

Ilustração 7. Efetivo geral da Polícia Militar de Goiás no entorno do DF

3º CRPM	Oficiais	Praças	Total
18ª CIPM - Pirenópolis	4	58	62
18ª CIPM - Corumbá	1	23	24
34ª CIPM - Alexânia	3	51	54
34ª CIPM - Abadiânia	1	28	29
34ª CIPM - Planalmira	0	8	8
TOTAL	9	168	177
5º CRPM	Oficiais	Praças	Total
5º CRPM - Luziânia / COPOM	5	72	77
10º BPM - Luziânia	8	159	167
19º BPM - Novo Gama	5	132	137
20º BPM - Valparaíso	6	130	136
2ª CIPM - Jd. Ingá	5	69	74
3ª CIPM - C. Ocidental	4	79	83
32ª CIPM - Cristalina	5	74	79
33ª CIPM - Choque	2	53	55
BANDA DE MÚSICA	0	24	24
TOTAL	40	792	832
11º CRPM	Oficiais	Praças	Total
11º CRPM - Formosa	3	7	10
16º BPM - Formosa	9	191	200
16º BPM Cabeceiras	1	19	20
16º BPM - Vila Boa	1	22	23
21º BPM - Planaltina	9	112	121
21º BPM Água Fria	1	27	28
TOTAL	24	378	402
13º CRPM	Oficiais	Praças	Total
13º CRPM - Águas Lindas	3	9	12
17º BPM - Águas Lindas	5	93	98
17º BPM - Cocalzinho	1	35	36
11ª CIPM - Sto. Antônio do Descoberto	2	97	99
35º CIPM - Águas Lindas	3	78	81
36ª CIPM - Padre Bernardo	3	55	58
36ª CIPM - Mimoso	0	0	0
TOTAL	17	367	384
TOTAL GERAL	90	1705	1795

Fonte: GGS (2011)

Observa-se que o efetivo que a Polícia Militar do Estado de Goiás possui para a região, mesmo sendo muito aquém do que seria conveniente, devido à extensão da área e o vertiginoso aumento populacional, está coerentemente distribuído de acordo com os aglomerados urbanos.

O ideal seria que, algumas décadas atrás, estudos tivessem sido feitos que subsidiassem as decisões políticas para antever o quadro atual. A situação de hoje reflete a omissão de um passado não muito distante.

Um descontrolado aumento populacional, falta de emprego e moradias dignas, vários outros problemas sociais, aliados à reduzida presença do estado, no que tange à segurança pública, acaba por refletir nos altos índices de violência na região, algo que já vem sendo explorado há bastante tempo pela mídia, mas que infelizmente, retrata a realidade.

7 PROPOSTAS PARA UMA MAIOR EFETIVIDADE DA POLICIA MILITAR DE GOIÁS NO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL

Este capítulo não poderia ter um título diferente. A palavra efetividade cai como uma luva. Não se pode pensar em soluções para a região sem que cheguemos à conclusão óbvia de que o grande problema é efetivo. Conforme observamos em capítulos anteriores, a comparação estatística da relação do efetivo policial militar e a população do entorno, fazendo face a estes mesmos dados só que em relação à capital do Estado, a diferença é algo “gritante”. Pior ainda será se compararmos com os dados que observamos em relação ao efetivo policial militar que garante a manutenção da ordem pública e mantém seguros os moradores do Distrito Federal.

“Todos são iguais perante a lei”, no entorno do Distrito Federal é seguido de um “depende”. Depende de que lado da fronteira você mora. De um lado, você vai encontrar bons hospitais, boas escolas, ruas pavimentadas, boa moradia, bons salários, enfim, toda a infraestrutura que uma sociedade merece.

Nossa instituição deve, contudo, traçar planos e reavaliar suas condições, superando obstáculos (sejam eles em qualquer esfera), visando melhorar o seu desempenho. Tendo isso como base e como não poderia ser diferente, visto que um dos alvos deste trabalho é a apresentação de propostas, elencamos algumas que foram exaustivamente debatidas entre os organizadores deste trabalho e alguns oficiais do entorno que, gentilmente emitiram opiniões visando nos suplantar nesta empreitada.

7.1 Criação do 2º Comando de Apoio Logístico, sediado em Luziânia

De acordo com o Barão de Jomini “A Logística é tudo ou quase tudo, no campo das atividades militares, exceto o combate”. Nossos fundamentos de apoio logístico advêm das Forças Armadas, que no manual MD42-M-02 do Ministério da Defesa lhe dá o seguinte conceito:

Logística Militar é o conjunto de atividades relativas à previsão e à provisão dos recursos e dos serviços necessários à execução das missões das Forças Armadas. Função Logística é a reunião, sob uma única designação, de um conjunto de atividades logísticas afins, correlatas ou de mesma natureza.

Atividade Logística é um conjunto de tarefas afins, reunidas segundo critérios de relacionamento, interdependência ou similaridade. (BRASIL, 2002, p. 17).

No mesmo manual, conseguimos extrair que “A provisão dos recursos deve ser equacionada em quantidade, qualidade, momento e local adequados”. Nossa atual estrutura de apoio logístico nunca observou isso, sempre dando prioridade às unidades da capital do estado e virando as costas às unidades do interior. É certo que nos últimos anos o problema foi minimizado com o advento das locações de viaturas e impressoras. Porém, nossa instituição não vive só disso. Quanto às demais necessidades, as unidades do interior e em especial as unidades do entorno continuam a depender de doações de prefeituras ou da iniciativa privada para se manter.

Para as unidades do entorno do Distrito Federal, uma simples troca de lâmpada torna-se um sério problema, visto a distância delas em relação aos recursos logísticos da Polícia Militar.

Uma instituição respeitável não pode ter em seus conceitos basilares o verbo “improvisar”. Infelizmente, ainda deparamos muito com isso na região do entorno do DF. A atuação policial carece de um suporte permanente de logística para não ter de parar diante do primeiro obstáculo, seja ele no campo operacional, no tático ou no estratégico.

7.2 Criação do 2º Graer , sediado em Formosa

Uma aeronave da Polícia Militar de Goiás no entorno do Distrito Federal para atender prioritariamente esta região foi uma experiência que demonstrou resultados, trazendo rápida resposta aos pedidos de apoio aéreo, e fazendo com que nossa instituição não mais necessitasse “implorar” apoio às equipes aéreas do Distrito Federal, que por vezes atendia e por vezes não. Um apoio aéreo vindo de Goiânia, quase sempre, devido à distância, ganhava também tons burocráticos, com questionamentos se chegaria ou não em tempo de eficiência.

A destinação de um helicóptero com equipe completa, baseada em Formosa, resolveu o problema, atendendo por várias vezes toda a região em situações de emergência ou em policiamentos extraordinários ou patrulhamentos de rotina.

Todavia, sem uma explicação direta e convincente, o serviço foi interrompido e a equipe retornou à capital. A proposta seria a instalação definitiva e irreversível do

serviço, com no mínimo uma aeronave para atender a toda a região e podendo estender o seu leque de atuação a todo o norte do Estado que também carece do serviço.

Novamente tomando por base países desenvolvidos e, conseqüentemente com polícias melhores equipadas, podemos concluir que o radiopatrulhamento aéreo é uma evolução na forma de atuar e que não tem retorno.

Nosso país possui uma das maiores frotas de helicóptero do mundo, porém com destinações civis e privadas. Os órgãos governamentais estão muito aquém, nesta questão, de país até menos desenvolvidos que o Brasil.

7.3 Criação do Batalhão de Policiamento Turístico, sediado em Formosa

Todo o país está engajado no projeto da copa do mundo de futebol que terá como sede o Brasil no ano de 2014, por entender que o evento será um marco na história brasileira e que poderá mudar os rumos de nossa nação em vários aspectos.

Atualmente, apenas com as mobilizações do Estado e da iniciativa privada, já observamos mudanças comportamentais dos brasileiros se preparando para o evento, que gerará empregos e poderá ser a chance de mudança de vida para muitos. Uns buscam qualificações, aprendem outras línguas; outros fazem investimentos, mudam de profissão, etc. tudo para esperar o turista.

O Estado de Goiás não sediará chaves (subdivisões do torneio), todavia, não é por isso que não sentirá diretamente os efeitos do evento. Isso porque no centro de seu território (Brasília) estará uma destas subdivisões. Os atrativos turísticos goianos, com certeza atrairão os mesmos para os nossos limites, uma vez que este não virá exclusivamente para assistir ao futebol.

O turismo ecológico está entre os maiores interesses dos turistas e nesse aspecto nosso Estado é rico e Brasília se valeu disso para robustecer sua candidatura, visto que seu território é pequeno e fraco deste atrativo. Cidades Goianas próximas a Brasília e com grande potencial turístico (Formosa só como primeiro exemplo) fatalmente receberão grande fluxo de turistas na ocasião do evento.

Um turista não representa somente dinheiro estrangeiro a uma região visitada. Ele é uma propaganda em potencial. Se bem recebido, poderá representar novos e muitos

outros visitantes, movimentando a economia de uma determinada região permanentemente, tudo dependendo de como aquele primeiro foi atendido.

Goiás precisa então se preparar para essa boa oportunidade que se desponta no horizonte. Necessita investir em várias vertentes, principalmente na região próxima à capital federal

Isso torna imperativo que a Polícia Militar, como instituição responsável pelo policiamento ostensivo, um grande representante do Estado, e que visa o melhor caminho para a sociedade procure desenvolver e aplicar ações de apoio ao turismo, sendo coerente com sua obrigação legal e com a dimensão do seu papel no seio da sociedade goiana.

Tal justificativa já seria por si motivo suficiente para a criação da unidade turística na cidade de formosa e que se desmembraria em setores para toda a região. Porém o turismo já é, há alguns anos uma realidade para os moradores do entorno. Pessoas que vem à capital federal a negócios e acabam por fazer turismo ecológico em várias cidades goianas e mesmo os que já vêm com destino certo, exclusivamente para esse fim, tanto o turismo interno quanto o estrangeiro e a carência de um melhor atendimento por parte da policia militar já é antigo.

Necessitamos então, não somente da criação da dita unidade, mas da qualificação de nossos policiais para fazer face a essa demanda. Aprender novas línguas, conhecer costumes de outros povos e aprofundar nos conhecimentos do direito internacional estaria entre essas qualificações.

7.4 Criação do Batalhão de Policiamento Comunitário, sediado em Águas Lindas

No mundo todo, o novo direcionamento dos estados no que se refere à segurança pública é o da aproximação das instituições desse setor ao cidadão. É o direcionamento do “corpo-a-corpo” no sentido mais humanístico. É o de interagir, é o de convocar. Mostrar para a sociedade que a polícia está ali para lhe garantir a segurança, mas que não conseguirá tal intento sem o engajamento dela (sociedade). Nesses novos conceitos, a polícia não é a representação do estado e sim da sociedade. Assim, cada cidadão se sentirá como parte do sistema, com direitos, mas acima de tudo, com responsabilidades. E não sentirá o peso disso. Pelo contrário, se sentirá mais seguro e mais valorizado, tomando conta de seu valor no seio social.

Infelizmente, a Polícia Militar de Goiás, principalmente no entorno do Distrito Federal, avançou pouco nessa nova visão, carecendo reavaliar sua forma de atuar, tomando por base experiências de sucesso já disponíveis até mesmo no Brasil.

Observamos na comunidade local grande vontade em interagir com os órgãos de segurança pública, querendo expor os problemas e participar de alguma da busca de soluções. Isso deixa aberto o espaço para a implantação do projeto de polícia comunitária goiana do entorno da capital do país.

A fase das críticas ferrenhas do período repressivo da Polícia Militar foi ultrapassada e hoje a sociedade tem a consciência de que sem o apoio popular, o combate à violência não obterá êxito. Ela saber que precisa apoiar, mas não sabe exatamente como. Cabe à nossa instituição fazer essa aproximação e vemos no policiamento comunitário a melhor ferramenta para isso.

Algumas pessoas entendem que a utilização da Força Nacional de Segurança Pública na região do entorno (o que está acontecendo hoje) vai na “contramão” do policiamento comunitário e é compreensível, visto ser tropa de fora da região e com pouquíssimas ou quase nulas chances de vir a cultivar esses conceitos junto à comunidade local.

A criação dessa unidade poderia se tornar um “embrião” do que seria em breve a nova e única forma de policiar a região, buscando os policiais ali destacados a qualificação que seria contaminada, com o passar do tempo aos demais componentes da tropa local.

Até pouco tempo, boa parte do efetivo do entorno, morava fora da região. Era bastante comum policiais trabalhando no entorno do DF e morando em Goiânia, em outras partes do estado, no Distrito Federal e até Minas Gerais. Porém, com o crescimento da região, esse quadro mudou.

Hoje quase, que na totalidade, os policiais aqui destacados moram no entorno do distrito federal, tendo criado raízes por aqui. Sabemos que este é um fator que impedia a implantação do policiamento comunitário nesta microrregião.

Mas com a mudança do quadro, é hora de recuperar o tempo perdido e alavancar o projeto.

Ao apresentarmos esta alternativa, a mesma não foi bem aceita, sob o argumento que o policiamento comunitário não seria uma modalidade ou uma variação do policiamento convencional e sim uma nova filosofia de policiamento. Concordamos.

Todavia entendemos que essa filosofia necessita modificar seus métodos de abordagem, uma vez que encontra muita resistência, principalmente no público interno. Dentre nossos policiais, encontraremos até os que utilizam tons pejorativos ou jocosos para se referirem ao policiamento comunitário. Concordamos também que filosofia não se impõe, devendo-se induzir à reflexão. Mas também não podemos esperar que ela vingue mediante “osmose”. Certa ambientalista disse que floresta não se planta, se preserva, mas o que fazer com as áreas ilegalmente desbravadas? Cercar e deixar que a natureza faça o resto? E se salpicarmos no solo mudas de aroeira, angico, sucupira, cedro e outras, não adiantaremos o processo? Acho que, no que tange ao policiamento comunitário, necessitamos partir para algo concreto.

Quando o Estado do Rio de Janeiro implantou as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), críticas idênticas foram ouvidas. “Mas toda unidade de polícia não deveria promover ou manter a paz?”, “Isso não pode ser entendido como uma nova modalidade de policiamento...”. Hoje trata-se de uma das mais bem sucedidas ações policiais em nosso país, sendo quase que unanimidade naquele estado.

Por que não implantarmos na Polícia Militar de Goiás unidades de policiamento comunitário, sendo um “semear” do que no futuro passaria a ser a principal forma de ação das unidades de segurança pública, tendo as outras formas como opção de recobrimento? Estudiosos entendem que o policiamento comunitário, principalmente nos países recém-saídos de regimes totalitários (que tinham em suas polícias o poder da repressão e as “usavam” para a manutenção do regime), a fórmula de reaproximação dos órgãos de segurança com sua sociedade, fazendo com que a polícia volte a cumprir o seu papel (que é imprescindível).

Acreditando nisso é que nossa instituição deve procurar, o mais rapidamente possível, uma “fórmula” para que o policiamento comunitário crie raízes. Se hoje não está dando certo, temos por obrigação “pensar no que não foi pensado”.

Entendemos ser plenamente viável a experiência no entorno do Distrito Federal, o que mais tarde, poderia ser disseminado a todo o estado. Não podemos enrijecer o modo de pensar o policiamento comunitário justamente por ter na filosofia um de seus eixos. A liberdade de pensar e o contraponto de ideias são eixos da Filosofia (estamos agora falando da ciência).

Na ilustração que segue, veremos os aspectos essenciais do policiamento comunitário (fizemos questão de frisar o tópico *Estrutura organizacional*), de acordo com

a Primeira Conferência Nacional de Segurança Pública, ocorrida em agosto de 2009 em Brasília, organizada pelo Ministérios da Justiça, através do PRONASCI:

Ilustração 8. Eixos da Política Nacional de Polícia Comunitária

Filosofia: conjunto de princípios e orientações que norteiam o pensamento do trabalho policial (e de segurança pública);

Estruturação organizacional: o significado corresponde ao arranjo ou desenho das instituições para a implementação da filosofia da polícia comunitária;

Parceria: possíveis integrantes do conjunto de pessoas e instituições que interagem para a intervenção nas causas de prática de crime, violência, medo do crime e desordem;

Proatividade: foco nas causas e não nas consequências do crime, violência, medo do crime, desordem e atuação que antecipe a ocorrência de infração à ordem pública.

Fonte: 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (PRONASCI, 2009)

7.5 Criação do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, sediado em Águas Lindas:

Como já expusemos, o efetivo da Polícia Militar de Goiás, nos próximos cinco anos, sofrerá uma redução drástica de seu efetivo, motivado pela passagem para a reserva remunerada de grande parte de seus profissionais.

O Estado de Goiás necessita atentar para este problema o mais urgente possível, sob pena de ter de restringir, em breve, este tipo de afastamento, o que não resolverá a questão, uma vez que a tropa, mesmo assim não seria suficiente para atender à demanda, visto já não ser suficiente hoje, e a população do Estado, principalmente na região do entorno do DF cresce vertiginosamente.

Outro fator a ser observado é que, mesmo com a vasta experiência (algo extremamente valioso), a fração do efetivo que já contribuiu com três décadas, através de seus prestimosos serviços, não consegue mais fisicamente, corresponder ao que lhe é

exigida, ficando isso comprovado pelos freqüentes afastamentos do serviço por orientação médica.

Portanto, as inclusões às fileiras da corporação deverão, inevitavelmente aumentar nos próximos anos, querendo ou não o Estado, podendo ou não o mesmo. È uma herança que se arrasta há anos, mas que não mais poderá ser delegada.

Todavia, sabemos que hoje toda a formação e aperfeiçoamento na Polícia Militar de Goiás ocorrem no Comando da Academia de Polícia Militar, que mesmo que passe por uma completa reestruturação, não conseguirá formar os profissionais no fluxo que o problema requer. Ali não existe infra-estrutura adequada para o fluxo atual, carecendo de mais salas de aula, mais instrutores e mais meios para atingir tal intento.

Outro detalhe a ser observado nos moldes atuais é o grande déficit que acarreta às unidades do interior sempre que sai as convocações para os Estágios de Aperfeiçoamento de Sargentos (EAS) e Estágio de Aperfeiçoamento de Cabos (EAC). Hoje esses estágios representam uma perda de efetivo para a região, uma vez que os militares têm de se deslocar para Goiânia para este aperfeiçoamento.

Também nessa nossa propositura recebemos oposição. O fato de se ter no Estado de Goiás mais de uma unidade de ensino poderia trazer a variação e a falta de uniformidade na formação.

Alguns aspectos carecem ser apreciados antes de firmarmos nossa posição:

A Polícia Militar de Goiás não figura entre as de maior efetivo no país. Todavia, também não figura entre as de menor efetivo. Certo é que, como nosso estado figura entre os que mais crescem no que tange a aumento populacional, o efetivo de nossa instituição deverá seguir o mesmo crescimento, na pior das hipóteses, em mesmo percentual (visto que hoje está em *déficit*).

Na atual conjuntura, a Academia de Polícia de Goiás já não consegue formar profissionais que supram as baixas, tampouco conseguiria recompor a defasagem. Sejam francos em dizer que se o governo do estado autorizasse hoje um concurso para 2.000 novos policiais, não seria possível formá-los de uma só vez naquela unidade de ensino.

E quando 2.000 não forem suficientes? Não tardará para que isso ocorra. É impossível a plena padronização na formação de tantos policiais mesmo que o curso ocorra numa mesma unidade de ensino. Dificilmente serão os mesmos instrutores para todos.

Nas polícias com maior efetivo, como a de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, são várias unidades de ensino e nem por isso ocorre uma variação inaceitável na

formação dos profissionais. E o que diríamos então das Forças Armadas, como a exemplo o Exército Brasileiro que forma oficiais e praças em unidades distintas e a formação básica é feita em qualquer unidade. Imaginem se todos os recrutas tivessem de se apresentar numa mesma unidade para receber a formação militar. O Exército não deixa de ter uniformização por causa disso.

Outro aspecto importantíssimo é a regionalização. Nossos policiais precisam de uma formação básica uniforme, isso é certo. Mas nosso estado é muito grande e subdividido em microrregiões com características sócio-culturais diferentes e isso também deve ser levado em conta em sua formação.

Um policial militar formado em Goiânia, ao chegar ao entorno do Distrito Federal terá de se adaptar às características locais, o que não ocorrerá com os policiais formados aqui. Entretanto, sua formação será a mesma.

Voltemos a falar sobre o POP. O seu advento contempla a padronização das ações. Se admitirmos que não conseguiríamos padronizar a formação de novos policiais pelo simples fato que estudarem em unidades distintas, temos também que admitir que o Procedimento Operacional Padrão trata-se de um engodo. Como poderíamos afirmar que houve a padronização de seu entendimento? Um policial que trabalha na cidade de Cavalcante pode ter entendido os procedimentos de forma diferenciada. Mas o que observamos não é bem isso. De uma forma geral este excelente trabalho conseguiu atingir seu objetivo, com raríssimas distorções que, com o tempo serão ajustadas. Uma unidade de ensino no entorno do Distrito Federal é sim viável, no nosso entendimento.

7.6 Criação 1º Batalhão de Pronto-emprego, sediado em Planaltina de Goiás

Todo e qualquer problema que encontramos em grandes centros urbanos também é observado também na região do entorno do Distrito Federal, porém com alguns agravantes. Entre eles está o fato da população do entorno estar espalhada por uma área muito extensa, o que dificulta a chegada de um reforço dessa modalidade, uma vez que virá da capital do estado.

O motivo da escolha de Planaltina de Goiás é que esta cidade quase que frequentemente se vê envolvida em tumultos gerados por protestos dos usuários do transporte coletivo, sempre necessitando de reforços que nem sempre chega no tempo

adequado. Também ali se observa outras modalidades de delitos que necessitam de apoio de tropa especializada.

Também se observa que estrategicamente a cidade se encontra equidistante das cidades goianas com maior número de habitantes o que facilitaria o deslocamento da tropa para eventuais operações.

Tal unidade será composta por uma companhia de choque, uma companhia de ROTAM e uma companhia subdividida em dois pelotões de GIRO e um Grupamento de Ações Táticas.

Tenho a convicção de que falar na criação desta unidade, na atual conjuntura, com certeza trará grande antagonismo, face a eventos recentes registrados em nossa corporação. Entretanto, por temer a opinião pública, não podemos nos condenar a “ficar parado no tempo”, enquanto vemos nossa região se encaminhado para fazer parte de uma das maiores metrópoles de nosso país nas próximas décadas, sem que nos preparemos para enfrentar o que as outras metrópoles enfrentam.

Quanto mais qualificada uma tropa menor é a chance do cometimento de erros ou de desvios de conduta. Preparar para o futuro é um ato de nobreza e de demonstração de compromisso com seus ideais e de vontade de cumprir com sua missão.

Lembramos muito bem de que duas décadas atrás existia a dúvida se Goiânia necessitava de tropa de pronto-emprego. Devemos agradecer aos comandantes da época, que não deram ouvidos às críticas e seguiram com suas convicções.

O Batalhão de Pronto-emprego fará parte do 11º Comando Regional para fins organizacionais, mas atenderia a toda a microrregião em casos especiais que careça o policiamento ordinário de apoio, Essa tropa poderá ser utilizada em grandes operações planejadas, trabalhando em ações conjuntas com a tropa local e com tropas de outras unidades federativas, dentro de estratégias previamente firmadas.

CONCLUSÃO

Nos últimos quinze anos, muito foi feito no campo político para melhoria da qualidade de vida dos moradores do entorno do Distrito Federal. A região recebeu investimentos em todos os setores. Não é necessário ter um senso de observação muito aguçado para perceber o crescimento e a evolução desta microrregião goiana.

O Estado de Goiás e o país inteiro saborearam um período de bonança neste interstício, refletido em todos os brasileiros que, de um modo geral, melhoraram suas qualidades de vida.

Dizer que cada sociedade tem a polícia que merece é algo que soa como comodismo, mas certo é que para chegarmos ao grau de eficiência e atingirmos a qualidade que aspiramos, a sociedade tem que evoluir junto, visto que os policiais militares fazem parte dela. E foi justamente isto que aconteceu. Evoluíram juntas porque na verdade “são” uma coisa só. Não existe polícia e sociedade. Existe polícia na sociedade.

Mas dizer que melhorou não significa que esteja bom. A desigualdade social no Brasil ainda é assustadora. Os problemas sociais são inúmeros e, seguindo a linha de raciocínio, a polícia ainda não é a ideal.

A fração da Polícia Militar de Goiás destacada no entorno do Distrito Federal seguiu esse impulso de crescimento da região. Hoje contamos com policiais que se preocupam com qualificação, que procuram evoluir na carreira policial, que têm orgulho da profissão que exercem, policiais que buscam os estudos, não só para a profissão, mas para a vida. Talvez o indivíduo tenha evoluído mais até que a instituição.

Nos capítulos anteriores, abordamos todas as questões colocadas na introdução deste trabalho. Nos próximos parágrafos faremos uma sintetização das assertivas, visando à concatenação das ideias.

O efetivo da Polícia Militar de Goiás na região do entorno era de aproximadamente quarenta policiais, que faziam parte do organograma do 4º BPM, sediado em Anápolis, sendo a 2ª companhia destacada, fixada em Luziânia, que tinham por missão policiar esta imensa área e promover a segurança de uma população em torno de 107.000 habitantes, estando boa parte desta população na zona rural.

Segundo informações de moradores antigos da região e militares aposentados e que serviram a corporação na época e nas cidades em voga, a população não tinha a exata dimensão das mudanças que estavam ocorrendo e não passava pelo imaginário da maioria

deles que a região mudasse tanto em apenas cinquenta anos, Os próprios criadores de Brasília a planejaram para que ela chegasse aos dias atuais com 500.000 habitantes, ou seja, 25% da realidade atual.

A nível estadual, nenhum planejamento foi feito visando a projetar, mesmo que erroneamente, a atualidade dessa microrregião goiana. Ao contrário, ocorreram decisões equivocadas e sem análise prévia, como por exemplo, o que se passou na cidade de Águas Lindas, onde prefeitos na década de 90 promoveram aumento vertiginoso da população da cidade, através da doação de lotes e de material de construção, criando enormes bairros “do dia para a noite”, sem condições mínimas no que tange à infra-estrutura, sem também se lembrarem que além de lotes e tijolos, necessitariam de emprego.

Águas Lindas se tornou a segunda cidade mais populosa da região, atrás apenas de Luziânia e com grandes perspectivas de deixá-la para trás em poucos anos.

É justamente em Águas Lindas, de acordo com o IBGE, que encontraremos os maiores índices de desemprego na região. Enquanto o Brasil se orgulha do feito de reduzir a taxa de desemprego a um dígito apenas (algo em torno de 6,5%, segundo o IBGE), no entorno ainda temos taxa de países subdesenvolvidos (12% conforme a mesma fonte anterior).

A região não está avançada na industrialização e tem como principal fonte de empregos o Governo do Distrito Federal. Isso faz com que parte dos rendimentos dos moradores do entorno continuem circulando no quadrilátero vizinho.

Outro aspecto a ser observado é que o nível de vida dos moradores do Distrito Federal (que é um dos melhores do país e equiparado a países ricos) faz com que o custo de vida do entorno também se torne um obstáculo para os trabalhadores, baixando sua qualidade sócio-econômica, o que afeta igualmente nossos policiais militares, que com salários que não se comparam aos vizinhos do Distrito Federal, tenham de enfrentar alugueis altíssimos e alto preço da cesta básica e de outros produtos essenciais, ocasionando o que até bem pouco tempo se via que era o policial trabalhando no entorno e morando em outras regiões e até em Goiânia, gerando grande dificuldade de locomoção para o trabalho, além de dificultar a interação dos mesmos com os demais membros da sociedade.

Não há dúvidas que a corporação segue a passos firmes rumo ao futuro, acompanhando o destino de nosso Estado, que tem um papel fundamental no crescimento do país. Mas devemos estar alertas às experiências vividas em outros rincões, para não nos

perdermos. Não devemos também nos amedrontar ante a tomada de decisões. Elas devem ocorrer no tempo e na medida certa.

Exemplo clássico é a região onde outrora fora a capital do país, a cidade do Rio de Janeiro, que hoje tem de adotar medidas drásticas na área da segurança pública para reparar erros resultantes de governos omissos e negligentes. As estratégias atuais muito se assemelham às adotadas em situações de guerrilha e, de outra maneira, dificilmente a situação pudesse ser contornada.

As medidas aqui devem ter o fito de não permitir que se aproxime de um quadro semelhante. É certo que depende não só de ações de polícia e sim de uma associação de medidas governamentais ou não. No entanto, enquanto se discute o “sexo dos anjos”, cabe a nós como instituição, traçar planos estratégicos e angariar o interesse político para os atos a serem adotados na região, não no futuro e sim no presente.

As ações policiais na região do entorno encontram obstáculos que dificilmente encontraremos em outras regiões. A exemplo, a falta de ações conjuntas para enfrentar o problema. Cada instituição fica do seu lado da “fronteira”, achando que o que acontece do lado de lá não é problema seu. Não busca intercambiar informações ou interagir para o bem comum. Problemas de simples solução ficam estancados. Daremos um exemplo: aglomerados rurais, como Taquara e Rio Preto, que estão dentro do Distrito Federal, mas distam bastante da cidade-satélite mais próxima. Todavia, ficam a poucos minutos do centro de Formosa. Quando ocorre algo que carece de intervenção policial, a vítima ou solicitante liga no telefone 190, a ligação é recebida no COPOM de Formosa, que por questões óbvias não pode atender. Viatura de Brasília não irá ao local de forma alguma, ficando o cidadão desamparado. O inverso também ocorre: solicitações goianas serem recebidas no COPOM em Brasília. Pequeno exemplo da falta de estratégia universal para a região, com engajamento de todos os setores.

A Polícia Militar de Goiás tem uma missão árdua na região do entorno do Distrito Federal. Entretanto, as mais de duas décadas (que marcam o tempo que os autores deste trabalho pertencem a esta corporação) permitem dizer que ela não se furtará em cumpri-la, visto que nunca recuou ante a qualquer empreitada anterior.

Finalizamos o presente trabalho, concluindo que a Polícia Militar do Estado de Goiás, apesar das medidas tomadas recentemente, não atua na região do entorno do Distrito Federal de forma satisfatória, necessitando basicamente rever seu efetivo na região, bem como reestruturar-se, logística e estrategicamente para atingir este objetivo.

Necessário também se faz traçar estratégias (e colocá-las em prática), visando a ações conjuntas dos governos federal, estaduais e até municipais, com seus respectivos organismos ligados à segurança pública, esquecendo limites territoriais e não questionando responsabilidades e com o único objetivo de procurar o bem social.

Sabemos que o combate à violência se faz descobrindo e sanando suas origens, proporcionando à comunidade o direito de ter uma escolha e isto se faz através de geração de empregos, da disponibilização das condições mínimas de vida digna e da educação.

Mas é claro que uma das formas de presença do Estado é através da qualificação, quantificação e ostensividade de seus órgãos de segurança, tudo na medida exata, para que a sociedade possa desfrutar de sua educação saúde e felicidade com tranquilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFFONSO, Rui de Britto Álvares & Silva, Pedro Luiz Barros, orgs. **Desigualdades regionais e desenvolvimentos**. São Paulo, Ed. da UNESP, 1995.

BENGOCHEA, Jorge Luiz Paz *et al.* **A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã**. São Paulo em Perspectiva, vol.18, no.1,2004.

BRASIL, **Constituição da República, 1988**. Editora Saraiva, 2009.

BRASIL, **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, 1891**.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm

BRASIL, **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, 1946. Disposições Constitucionais e Transitórias**. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao46.htm.

BRASIL, **Doutrina de Logística Militar**, MD42-M-02, Ministério da Defesa, 2002.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. "Violência, direitos e cidadania: relações paradoxais". In: **Ciência e Cultura. Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência**. Ano 54, nº1, jul./ago./set. , 2002, pp. 44-46.

CARDIA, N., SCHIFFER, S. "Violência e desigualdade social". In: **Ciência e Cultura. Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência**. Ano 54, nº1, 2002.

CHAUL, Nasr Fayad. **Caminhos de Goiás - da construção da decadência aos limites da modernidade**. Goiânia: Editora UFG, 1997.

GOIÁS, Polícia Militar, **O Anhanguera**. Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa – Ano I n.1. Goiânia, 1999.

IBGE. **Censo Demográfico de 2010**.

KUBITSCHKE, Juscelino. "A corporificação da idéia". In: **Por que construí Brasília?**. Rio de Janeiro: Bloch Editora, 1975. p 8

LAZZARINI, Álvaro, **Direito administrativo da ordem pública**. 2ª Edição. Rio de Janeiro. Editora Forense. 1987.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 2ª Edição. São Paulo. Editora Parma, 1994.

PALACIN, Luís, Moraes, Maria Augusta de Sant'Anna. **História de Goiás**. Goiânia. Editora UCG, 1989.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo, Hucitec, 1996.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle, **História geral das bandeiras paulistas**, 11 volumes, São Paulo, Typ. Ideal, 1924-1950.

WHO, World Health Organization. **World report on violence and health**. Geneva. WHO, 2002.

ANEXO I

Lei Complementar nº 94/98

Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º

É o Poder Executivo autorizado a criar, para efeitos de articulação da ação administrativa da União, dos Estados de Goiás e Minas Gerais e do Distrito Federal, conforme previsto nos arts. 21, inciso IX, 43 e 48, inciso IV, da Constituição Federal, a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE.

§ 1º A Região Administrativa de que trata este artigo é constituída pelo Distrito Federal, pelos Municípios de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso e Vila Boa, no Estado de Goiás, e de Unaí e Buritis, no Estado de Minas Gerais.

§ 2º Os Municípios que vierem a ser constituídos a partir de desmembramento de território de Município citado no § 1º deste artigo passarão a compor, automaticamente, a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno.

Art. 2º

É o Poder Executivo autorizado a criar um Conselho Administrativo para coordenar as atividades a serem desenvolvidas na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno.

Parágrafo único. As atribuições e a composição do Conselho de que trata este artigo serão definidas em regulamento, dele participando representantes dos Estados e Municípios abrangidos pela RIDE.

Art. 3º

Consideram-se de interesse da RIDE os serviços públicos comuns ao Distrito Federal e aos Municípios que a integram, especialmente aqueles relacionados às áreas de infra-estrutura e de geração de empregos.

Art. 4º

É o Poder Executivo autorizado a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal.

Parágrafo único. O Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, ouvidos os órgãos competentes, estabelecerá, mediante convênio, normas e critérios para unificação de procedimentos relativos aos serviços públicos, abrangidos tanto os federais e aqueles de responsabilidade de entes federais, como aqueles de responsabilidade dos entes federados referidos no art. 1º, especialmente em relação a:

- I - tarifas, fretes e seguros, ouvido o Ministério da Fazenda;
- II - linhas de crédito especiais para atividades prioritárias;
- III - isenções e incentivos fiscais, em caráter temporário, de fomento a atividades produtivas em programas de geração de empregos e fixação de mão-de-obra.

Art. 5º

Os programas e projetos prioritários para a região, com especial ênfase para os relativos à infra-estrutura básica e geração de empregos, serão financiados com recursos:

- I - de natureza orçamentária, que lhe forem destinados pela União, na forma da lei;
- II - de natureza orçamentária que lhe forem destinados pelo Distrito Federal, pelos Estados de Goiás e de Minas Gerais, e pelos Municípios abrangidos pela Região Integrada de que trata esta Lei Complementar;
- III - de operações de crédito externas e internas.

Art. 6º

A União poderá firmar convênios com o Distrito Federal, os Estados de Goiás e de Minas Gerais, e os Municípios referidos no § 1º do art. 1º, com a finalidade de atender o disposto nesta Lei Complementar.

Art. 7º

Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º

Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 19 de fevereiro de 1998; 177 da Independência e 110 da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

ANEXO II

Decreto- Lei nº 2.710/98

Regulamenta a Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, e dá outras providências.

O **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998,

DECRETA:

Art. 1

Fica criada, para efeitos de articulação da ação administrativa da União, dos Estados de Goiás e de Minas Gerais e do Distrito Federal, a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE.

§ 1º A RIDE é constituída pelo Distrito Federal, pelos Municípios de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso e Vila Boa, no Estado de Goiás, e de Unai e Buritis, no Estado de Minas Gerais.

§ 2º Integram-se automaticamente à RIDE os municípios que vierem a ser constituídos em virtude de desmembramento de Município mencionado no parágrafo anterior.

Art. 2

Fica criado, no âmbito da Câmara de Políticas Regionais do Conselho de Governo da Presidência da República, o Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - COARIDE, com a finalidade de coordenar as atividades a serem desenvolvidas na RIDE.

Art. 3

Compete ao COARIDE:

- I - coordenar as ações dos entes federados que compõem a RIDE, visando ao desenvolvimento e à redução de suas desigualdades regionais;

- II - aprovar e supervisionar planos, programas e projetos para o desenvolvimento integrado da RIDE;
- III - programar a integração e a unificação dos serviços públicos que lhes são comuns;
- IV - indicar providências para compatibilizar as ações desenvolvidas na RIDE com as demais ações e instituições de desenvolvimento regional;
- V - harmonizar os programas e projetos de interesse da RIDE com os planos regionais de desenvolvimento;
- VI - coordenar a execução de programas e projetos de interesse da RIDE;
- VII - aprovar seu regimento interno.

Parágrafo único. Consideram-se de interesse da RIDE os serviços públicos comuns ao Distrito Federal, aos Estados de Goiás e de Minas Gerais e aos Municípios que a integram, relacionados com as seguintes áreas:

- I - infra-estrutura;
- II - geração de empregos e capacitação profissional;
- III - saneamento básico, em especial o abastecimento de água, a coleta e o tratamento de esgoto e o serviço de limpeza pública;
- IV - uso, parcelamento e ocupação do solo;
- V - transportes e sistema viário;
- VI - proteção ao meio ambiente e controle da poluição ambiental;
- VII - aproveitamento de recursos hídricos e minerais;
- VII - saúde e assistência social;
- IX - educação e cultura;
- X - produção agropecuária e abastecimento alimentar;
- XI - habitação popular;
- XII - combate às causas de pobreza e aos fatores de marginalização;
- XIII - serviços de telecomunicação;
- XIV - turismo.

Art. 4

O COARIDE tem a seguinte composição:

- I - o Secretário-Executivo da Câmara de Políticas Regionais do Conselho de Governo, que o presidirá;
- II - um representante, de cada um dos seguintes Ministérios, indicados por seus titulares:
 - a) do Planejamento e Orçamento;

b) da Fazenda;

c) das Cidades; (Incluído pelo Decreto nº 4.700, de 20.5.2003)

III - dois representantes indicados pela Câmara de Políticas Regionais do Conselho de Governo da Presidência da República;

IV -um representante do Distrito Federal, um do Estado de Goiás e um do Estado de Minas Gerais, indicados pelos respectivos Governadores;

V - um representante dos Municípios que integram a RIDE, indicado pelos respectivos Prefeitos;

§ 1º Os membros a que se referem os incisos IV e V terão mandato de dois anos, permitida a recondução.

§ 2º Os membros do COARIDE e respectivos suplentes serão designados pelo Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

Art. 5

As decisões do COARIDE serão tomadas por maioria simples de seus membros, cabendo ao seu Presidente o voto de qualidade.

Art. 6

A participação no COARIDE não será remunerada, sendo considerada serviço público relevante.

Art. 7

A Secretaria Especial de Políticas Regionais do Ministério do Planejamento e Orçamento proverá os serviços de Secretaria Executiva do COARIDE.

Art. 8

Fica instituído o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal.

Parágrafo único. O Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, ouvidos os órgãos competentes, estabelecerá, mediante convênio, normas e critérios para a unificação de procedimentos relativos aos serviços públicos, de responsabilidade Distrital, Estadual e Municipal de entes que integram a RIDE, especialmente em relação a:

I - tarifas, fretes e seguro, ouvido o Ministério da Fazenda;

II - linhas de crédito especiais para atividades prioritárias;

III - isenções e incentivos fiscais, em caráter temporário, de fomento a atividades produtivas em programas de geração de empregos e de fixação de mão-de-obra.

Art. 9

O Programa de que trata o artigo anterior será elaborado pela Secretaria Especial de Políticas Regionais e aprovado pelo COARIDE.

Art. 10

Os programas e projetos prioritários para a RIDE, principalmente no que se refere e à infraestrutura básica e geração de empregos, serão financiados com recursos:

I - do orçamento da União;

II - dos orçamentos do Distrito Federal, dos Estados de Goiás e de Minas Gerais e dos Municípios abrangidos pela RIDE;

III - de operações de crédito externas e internas.

Art. 11

A Secretaria Especial de Políticas Regionais promoverá a articulação entre os órgãos da Administração Pública Federal, visando a alocação dos recursos necessários à elaboração e efetiva implementação de programas e projetos prioritários para a RIDE.

Art. 12

A União estabelecerá convênios com o Distrito Federal, com os Estados de Goiás e de Minas Gerais e com os Municípios referidos no § 1º do art. 1º, com a finalidade de atender ao disposto neste Decreto.

Art. 13

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de agosto de 1998; 177º da Independência e 110º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Pedro Malan

Paulo Paiva